

Jovens e Desemprego: Estado da Arte

Romilda Guillard¹

Janine Kieling Monteiro²

1. Psicóloga (1997) e mestre (2010) em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. guil.ro@hotmail.com. lattes <http://lattes.cnpq.br/3679164170902887>.
2. Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (2000) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora do Curso de Mestrado de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. janinekm@terra.com.br. lattes <http://lattes.cnpq.br/2363463322940278>.

Resumo

O desemprego juvenil é motivo de preocupação em muitos países. A falta de emprego pode restringir os sonhos dos jovens de se realizarem como sujeitos, e faz com que eles deixem de ver o trabalho como algo que possa nortear positivamente a sua vida. Este artigo teórico teve como finalidade fazer uma revisão na literatura nacional e internacional para discutir como o desemprego juvenil foi abordado nos últimos cinco anos (2004 a 2008). Foi feita uma pesquisa nas bases digitais Medline, Adolec, Lilacs e Scielo, na qual foram encontrados 21 artigos, dos quais 33% são nacionais, sendo que apenas 11 pesquisas abordam especificamente o tema "jovem e desemprego". Os estudos apontam que o desemprego juvenil é causado por múltiplos fatores, existindo também diferenças na condição do desemprego de acordo com o contexto social em que o jovem está inserido. A análise desses artigos indicou que 62% dos estudos têm como foco principal as consequências do desemprego sobre a saúde mental do jovem. Apenas um dos artigos é qualitativo. Esse resultado aponta a carência de pesquisas que busquem compreender a dinâmica dos processos de subjetivação do jovem em situação de desemprego.

Palavras-chave: desemprego, jovem, saúde mental.

Abstract

Youth and Unemployment: the State of the Art

Youth unemployment is a reason for concern in many countries. Lack of a job can restrict young people's dreams of fulfillment as individuals, and makes them stop seeing a job as something that might positively direct their lives. This paper aims at advancing a theoretical discussion based on a review of Brazilian and international literature in order to discuss how youth unemployment has been treated during the past 5 years (2004 through 2008). A study was performed using the Medline, Adolec, Lilacs, and Scielo online databases, which found 21 papers, of which 33% are Brazilian; only 11 studies treat the issue of 'youth unemployment' per se. These papers indicate that youth unemployment is caused by a multitude of factors, and that there are differences in the unemployment situation according to the social context in which the youngsters are located. Analysis of these papers pointed to the fact that 62% of the studies focus mainly on the mental health consequences of unemployment for young people. Only one paper consists of qualitative research. This result points to the fact that there is a shortage of research seeking to understand the dynamics of the subjectification processes of unemployed youngsters.

Keywords: unemployment, youngsters, mental health.

Nas últimas décadas, o desemprego se tornou um problema para muitos países. A causa desse fenômeno pode ter diferentes explicações, peculiares a cada nação. No Brasil, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego de dezembro de 2008 (IPEA, 12/2008), foi estimado um contingente de aproximadamente 41,5 milhões de pessoas em idade ativa (PIA), e havia 1.567 milhões de pessoas desocupadas (com 10 anos ou mais), no conjunto de seis regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e do Distrito Federal). Entre as quais 621 mil (40%) eram jovens, sendo que 516 mil (32,9%) tinham entre 18 e 24 anos. Segundo esses dados, o índice de jovens desempregados com idade entre 15 e 24 anos, no Brasil, é 4,6 vezes maior que o dos adultos com idade acima de 25 anos (8,1%). Em relação ao perfil do grupo de desocupados, a maioria é do sexo feminino 58,4% e apenas 53,3% concluíram o ensino médio. Observou-se ainda que 15,8% estavam em busca do primeiro trabalho (IBGE, 2009).

Destaca-se que depois de cinco anos de crescimento contínuo, em dezembro de 2008, houve uma queda de 2,3% no total de empregos celetistas, o que corresponde à dispensa de cerca de 750 mil trabalhadores. A agropecuária foi o setor mais atingido com queda de 7,9%, a seguir, as demissões tiveram impacto de 3,6% (358,7 mil postos de trabalho) na Indústria de Transformação, o que refletiu no setor de serviços que diminuiu 146.574 vagas e no comércio no qual, entre dezembro de 2008 e março de 2009, foram fechados 85.845 postos de trabalho (DIEESE, 2008). No setor de comércio, do total de contratados, um quarto (25%) são pessoas jovens, pois este não exige muita experiência e qualificação para desempenhar as atividades, o que facilita o ingresso do jovem nesse âmbito de trabalho. (DIEESE, 2009).

Tomando em conta esse quadro, o presente artigo teórico teve como finalidade fazer uma revisão crítica na literatura nacional e internacional para discutir como o desemprego juvenil foi abordado nos últimos cinco anos

(2004 a 2008). Foi feito um levantamento dos estudos publicados nos anos de 2004 a 2008, utilizando-se como palavras-chave as expressões: “jovem e desemprego”, “desemprego juvenil”, “desemprego”, “unemployment”, “youth and unemployment” e “unemployment of young people”, nas seguintes bases de dados digitais: Medline, Adolec, Lilacs e Scielo. Os artigos e seus resumos foram examinados e selecionados conforme os seguintes critérios de inclusão: estudos que abordam especificamente o tema “jovem e desemprego” e estudos sobre o desemprego que incluem na sua amostra essa população. É importante ressaltar que se observou, em um primeiro momento, a escassez de informações sobre o assunto em foco.

Inicialmente, busca-se apresentar uma perspectiva histórica sobre o jovem e o trabalho. Para organizar a apresentação dos temas que os autores priorizaram e os resultados apontados nessa revisão sistemática, os artigos foram agrupados em três grandes tópicos: as causas do desemprego no Brasil; a situação do desemprego em diferentes contextos sociais, tais como regiões ou países, e as suas consequências na saúde mental.

Do Trabalho Regulamentado para o Desemprego

O desemprego é definido como “a ausência de trabalho acompanhada da disponibilidade de trabalhar, com a busca por trabalho” (Galeazzi, 2002, p. 67). Ao se falar em desemprego juvenil, a primeira pergunta que se impõe é: quando e como ele surgiu? É devido a esse questionamento que não há possibilidade de discutir o tema “desemprego” sem adentrar na análise sobre o trabalho. Essa investida requer que se volte um pouco na história com vistas a se construir a caminhada do jovem como trabalhador protegido por lei. Essa contextualização do tema é imprescindível para compreender como a situação da população selecionada como objeto deste estudo foi, paulatinamente, se modificando no decorrer dos anos e se tornando mais suscetível à situação de desemprego.

O período da adolescência é abordado por Sposito (2000) sob a ótica da transitoriedade entre o mundo infantil e o adulto. Afirmar que o jovem já não tem o *status* de criança (pois ele é capaz de fazer em parte suas escolhas), mas que tampouco é adulto (porque não tem autonomia para todos seus atos) pode propiciar uma definição de caráter negativo, ou seja, focada naquilo que o jovem não é. Em face disso, cabe recordar que o processo de transição não é linear: as pessoas se modificam no decorrer dos anos. Nesses termos, como podemos observar, muda também a história da juventude em relação ao trabalho e em relação ao desemprego.

Contudo, retomando o tema deste estudo “jovens e desemprego”, os jovens também podem ser definidos a partir da perspectiva analítica do mercado de trabalho, na qual são descritos como aqueles indivíduos que possuem idade legal para trabalhar e que têm menos de 25 anos (Sanchis, 1997).

É importante ressaltar que os jovens, muitas vezes, trabalhavam tanto quanto os adultos, realizando os afazeres domésticos e as lidas do campo. Nos centros urbanos, na Idade Média, eles eram inseridos em pequenas Corporações de Ofício para que aprendessem uma profissão, geralmente artesanal. Entretanto, os menores eram vistos como trabalhadores mais débeis, assim como as mulheres. Esses dois grupos trabalhavam sem remuneração e, quando muito, recebiam alimento e os ensinamentos do ofício (Durighetto, 2005).

Foi somente após a Revolução Industrial, no século XVIII, que uma lei de cunho obreiro foi concebida. Em 1802, na Inglaterra, com o advento da *Moral and Health Act*, pela primeira vez foram mencionados os direitos dos trabalhadores infanto-juvenis. Com essa lei, houve, ainda, a tentativa pioneira de separar infância e juventude da fase adulta. Definiu-se que pessoas com menos de 9 anos não poderiam trabalhar, pois seriam consideradas “crianças”. Também se estipulava um limite de tempo e de horário para o labor dos jovens,

estabelecendo uma jornada máxima de 12 horas diárias, a qual deveria estar compreendida entre as 6 e as 21 horas (Durighetto, 2005).

Com base nessa regra, em toda a Europa, foram criadas leis de Direito do Trabalho que regularam as atividades laborais da população jovem ou, pelo menos, definiram algumas garantias. Contudo, foi em 1919, com a fundação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que o tema assumiu importância universal. Uma das preocupações constantemente difundidas pela OIT tem sido a de preparar normas e programas internacionais cujo principal objetivo seria o de melhorar as condições de vida e de trabalho, aumentar as possibilidades de emprego e assegurar os direitos fundamentais do trabalhador, principalmente do jovem.

No Brasil, a preocupação com o trabalho infanto-juvenil iniciou em 1927, com a publicação do Código de Menores (Decreto nº 17.943-A), o qual foi suspenso devido às discussões que margearam o debate jurídico da época e que evocavam a inviabilidade de se limitar o direito paterno sobre os rumos dos filhos. Em 1932, com o advento do Decreto nº 22.402, a idade mínima para ingressar no trabalho da indústria foi fixada em 14 anos. Já em 1934, a Carta Magna proibiu o labor aos menores de 14 anos; o trabalho noturno aos menores de 16 anos e as atividades insalubres aos jovens que tivessem menos de 18 anos (Durighetto, 2005). No decorrer dos anos, as leis foram sendo paulatinamente modificadas, sofrendo inclusive retrocessos, mas foi a emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou o artigo 7º, XXXIII, da Constituição e definiu a idade mínima para o ingresso no mundo do trabalho em 16 anos, ao mesmo tempo em que delimitou a idade mínima para o menor aprendiz em 14 anos.

Sob essa égide, se, na antiguidade, o jovem não era reconhecido por suas atividades, com o nascimento das leis trabalhistas ele passou a ser visto pela sociedade como um titular de direitos e garantias e como sujeito que sofre com a falta de oportunidades laborais.

Ditas leis também propiciaram ao jovem a construção de uma identidade - justamente por meio do trabalho. Desse modo, se a ideia de labor está conectada a um lugar social, marcado como um *status*, o desemprego se conforma como o não lugar (Terra, Carvalho, Azevedo, Venezian & Machado, 2006). Mais do que isso, o desemprego, muitas vezes, não é visto como uma situação momentânea, mas como um *locus* marginalizado, o que pode dificultar o falar sobre essa situação. Nesse sentido, ficar desempregado pode significar não só uma suspensão da estabilidade econômica, mas ainda a exposição do indivíduo - seja perante si, seja ante a sociedade - o que pode afetar sobremaneira a sua saúde mental. Afinal, para o jovem, essa situação aparece como uma sobreposição desse não lugar.

Estado da Arte: Jovens e Desemprego

Tendo como base o levantamento dos estudos publicados entre os anos de 2004 e 2008, com os descritores: “jovem e desemprego”, “desemprego juvenil” e “desemprego”, “*unemployment*”, “*youth and unemployment*” e “*unemployment of young people*”; nas seguintes bases de dados digitais: Medline, Adolec, Lilacs e Scielo. Os critérios de inclusão foram: estudos que abordam especificamente o tema “jovem e desemprego” e estudos sobre o desemprego que incluem em sua amostra essa população, encontrou-se 21 artigos, dos quais apenas 33% são nacionais. Nesses artigos localizados, 11 pesquisas focalizam nomeadamente o tema “jovem e desemprego”; as outras 10 somente incluem a população jovem em sua amostra e abordam o desemprego relacionado a problemas como tabagismo, abuso de álcool, estados depressivos, comportamento suicida e ansiedade. Destes, alguns se propõem à análise das diferenças na autoavaliação da saúde nos períodos de alto e baixo nível de desemprego e abordam o tema desemprego comparando-o entre Estados e países e entre diferentes grupos etários.

Em relação ao método, observou-se que a maioria dos estudos (62%) é quantitativa; apenas 5% são pesquisas qualitativas e 33% são embasadas em documentos - Pesquisa Nacional

de Amostra por Domicílio (PNAD), Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), CEPAL, Basic Survey on Wage Structure, Survey on Employment Trends, Public Employment Security Office, Special Survey of the Labor Force Survey. Os resultados apontam um maior número de pesquisas quantitativas, demonstrando uma carência em pesquisas qualitativas que abordem o tema do jovem em situação de desemprego.

As Interpretações das Causas do Desemprego Juvenil

A história mostra a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra do século XVIII, como a responsável por abrir portas à tecnologia, e esta última como sendo uma das principais causas do desemprego mundial. Naquele contexto, além da jornada de trabalho de 16 a 18 horas por dia, com condições ambientais insalubres, como calor, fumaça e outras, surgiram as máquinas. A partir daí, os empregos, que já eram escassos, passaram a ser ainda mais difíceis. A título de exemplo, vale dizer que se uma atividade necessitava do trabalho de 27 homens, com o advento da tecnologia, passou-se a exigir para tal função a mão-de-obra de apenas 2 (Ferreira, 1999).

Na teoria schumpeteriana (Dathe, 2003) e para Sanchis (1997), o desemprego é um acontecimento histórico que ocorreu em todas as sociedades industriais, após a era das inovações tecnológicas e, também, devido à crise econômica internacional, que resultou no aumento do desemprego juvenil. Sanchis (1997) ressalta que a crise do petróleo ocorrida no ano de 1973 também coincidiu com a escola e o desemprego em massa. A geração de jovens pós-crise foi a primeira que passou pelo menos 10 anos de sua vida na escola e, sentiu dificuldade para se inserir no mercado de trabalho. Em resposta a essa dificuldade, o autor ressalta que o sistema educacional deve se modernizar, para que o jovem possa se qualificar mais para o trabalho, tornando menos árdua sua inserção. Porém, esse sistema não pode ser

responsável pelo todo, ou seja, pela falta de emprego.

A carência de emprego, geralmente, é descrita como um desequilíbrio entre a oferta e a demanda, onde a causa fundamental do desemprego juvenil é a mesma do adulto, ou seja, falta de oportunidades para todas as pessoas disponíveis se inserirem no mercado de trabalho. A teoria keynesiana defende a ideia de que existe o “desemprego involuntário”, o qual significa que as pessoas desejam trabalhar e aceitariam qualquer emprego e salário oferecidos pelos seus empregadores, mesmo que o salário fosse mais baixo que o esperado, mas mesmo assim não conseguem ingressar no mercado de trabalho (Dathein, 2003).

Bastos (2006) em seu estudo aborda o desemprego involuntário. O autor observou que o contingente de jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) aumentou em ritmo mais intenso do que a população total, resultando em uma onda jovem no país, o que o instigou a investigar o quanto o crescimento populacional nessa região afetou a ocupação e o desemprego juvenil no período de 1993 a 2004. Para realizar esse estudo, o autor se utilizou de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA). Os resultados apontaram que, na RMPA, a população jovem aumentou de 485 mil para 630 mil, entre o período de 1993 a 2004. A taxa média de crescimento anual da população total foi de 1,6%, enquanto os jovens tiveram um aumento de 2,4%. Essa diferença no ritmo de crescimento populacional, somada à modesta absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho local, pode ter contribuído com o aumento do índice de desemprego de jovens, que no ano de 1993 era de 21,4%, passando, no ano de 2004, para 29,3%.

Outro estudo semelhante ao de Bastos (2006) foi realizado, em Hong Kong, por Shek e Lee (2004). Os autores estudaram jovens desempregados com idade entre 15 e 24 anos. Os resultados de dados estatísticos indicaram que houve um aumento do número de jovens desempregados na década de 1990. Também foi

feita uma comparação entre dois grupos de desempregados, os jovens com idade até 24 anos e adultos com idade superior aos 25 anos, sendo constatado que o percentual do grupo mais jovem em situação de desemprego é superior.

Outra explicação para o fenômeno do desemprego juvenil é apresentada por Flori (2003), em seus estudos. Ela conclui que a duração do desemprego é praticamente a mesma para jovens, adultos e idosos, enquanto a taxa de entrada dos jovens no mercado de trabalho é maior do que a dos outros dois grupos. Portanto, o fator determinante para que a taxa de desemprego juvenil seja mais elevada é a alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho, ou seja, o desemprego de circulação. Esse tipo de desemprego é defendido pela teoria Neoclássica, a qual afirma existir o desemprego voluntário, onde as pessoas escolhem sair de seu trabalho porque não concordam com as propostas oferecidas pelos seus empregadores, ou seja, optam por ficar desempregadas (Filgueiras & Pinto, 2003).

Camargo e Reis (2005) abordam, em seu estudo, o desemprego voluntário do jovem. Os autores utilizaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), para investigar a assimetria de informação no mercado de trabalho em relação à qualificação do jovem trabalhador. Os resultados apontaram que os empregadores possuem pouca informação em relação ao perfil profissional dos jovens trabalhadores menos qualificados, que concentra o maior índice de desemprego (22%). Esses autores corroboram com os resultados dos estudos de Flori (2003), ou seja, que a causa do alto índice de desemprego juvenil não está na dificuldade em conseguir o primeiro emprego, mas em se manter empregado, o que também gera um aumento do índice de rotatividade nessa população.

O resultado da pesquisa de Albuquerque (2009) também indicou que os jovens trocam muito mais de emprego, o que ratifica os estudos de Flori (2003) e de Reis e Camargo (2005). Para estudar o comportamento dos

jovens de todo o território brasileiro, o autor utilizou a base de dados Raismigração Painel (Raismigra – Painel) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), concentrando-se no período de 1996 e 2005. Concluiu que a rotatividade, por um lado, pode ser encarada como negativa, devido às consequências que as numerosas mudanças de emprego causam sobre os salários e as futuras contratações, mas por outro lado, pode ser vista como positiva, pois é uma busca do jovem pelo seu lugar no mundo do trabalho.

O fenômeno do desemprego juvenil, também, é explicado sob a ótica da influência do plano econômico sobre os empregos. O estudo realizado por Reis e Camargo (2007) teve como objetivo investigar o desemprego de jovens no Brasil e os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. Os autores usaram dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), do período de 1981 a 2002. Os resultados evidenciaram que a implementação do Plano Real em 1994 aumentou significativamente a taxa de desemprego dos jovens no Brasil em relação a dos adultos, já que reduções na taxa de inflação parecem ter aumentado o desemprego e reduzido a duração média do emprego de todos os grupos etários, mas de maneira mais acentuada para os trabalhadores jovens. A explicação para esse aumento do índice de desemprego dos jovens é fundamentada na maior rigidez salarial, provocada pela estabilização da inflação e o elevado grau de incerteza dos empregadores sobre a produtividade dos trabalhadores mais jovens.

Para Singer (2000), a era da tecnologia, a crise do petróleo e a inflação contribuíram para uma enorme transformação política e social. Nesse contexto, o aumento do índice de desemprego indica que estamos assistindo a um novo ordenamento social do trabalho humano e não ao fim do trabalho propriamente dito. A dificuldade maior surgiu quando, frente à crise econômica, a inflação foi definida como sendo o grande mal que ameaçava a civilização e o foco principal foi combatê-la. Nesse momento, o desemprego foi relegado a um segundo plano. A

saída para as pessoas que ficaram de fora da reengenharia das empresas e sem apoio do Estado foi buscar sobreviver de forma individual, realizando atividades autônomas, como prestadores de serviços, porém elas atuam em alguns nichos do mercado, onde não há espaço para todos. Enfocando a realidade brasileira, observa-se que o resultado desse novo ordenamento social diminuiu a possibilidade de buscar uma identidade através do emprego assalariado, o que aumentou a inserção no mercado de trabalho de formas alternativas ou informais de atividades produtivas.

O Desemprego em Diferentes Contextos Sociais

Outro fator que pode influenciar no alto índice de desemprego juvenil é a desigualdade, que percorre todas as dimensões da estrutura social (como, por exemplo, no que tange o acesso à educação e à saúde), mas que reflete de modo mais evidente na população jovem e de classe menos favorecida. O estudo empírico de Kliksberg (2006) aborda o contexto da juventude na América Latina e no Caribe, ressaltando que o número de jovens em situação de pobreza aumentou significativamente nos últimos anos. Os mais pobres veem sua vida marcada pela falta de oportunidades, pois devem se preocupar em ajudar na sobrevivência da família. Como resultado, eles começam a trabalhar com idade precoce. Além disso, as suas oportunidades de estudo são mais limitadas, as redes de relações que poderiam impulsioná-los são francamente desfavorecidas e a inserção desses jovens no mercado de trabalho acaba por se transformar em questão ainda mais problemática. Considerando que os jovens estão em pleno processo de construção da autoestima, a marginalização social faz com que esta seja enfraquecida, resultando em problemas psíquicos, de conduta e de relacionamento.

O contexto social pode, ainda, influenciar no tempo de desemprego, que pode ser diferente, dependendo do Estado do Brasil em que o jovem habitar. Menezes e Dedecca (2006)

avaliam a duração do desemprego nas regiões metropolitanas de Salvador e de São Paulo, entre os anos de 2000 e 2002. As informações foram obtidas por meio dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Esses autores, em seus estudos, concluíram que os jovens que residem na região metropolitana de Salvador enfrentam um tempo de desemprego mais longo que a média dos desempregados adultos da região. Por outro lado, os jovens que residem na região metropolitana de São Paulo possuem a mesma média de tempo de desemprego das outras faixas etárias, demonstrando que são mais dinâmicos no mercado de trabalho.

Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o desemprego aberto, ou seja, ficar sem nenhuma ocupação, é maior entre os indivíduos mais jovens do que entre adultos. Esse fato se deve à existência de uma rede de proteção social mais segura, em razão de pertencerem a famílias economicamente estáveis e, também, por que têm acesso a recursos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego. Isso pode possibilitar a esse grupo a busca por novas oportunidades de trabalho mais adequadas às suas necessidades. Por outro lado, o desemprego oculto (trabalho precário) cresce muito mais entre as pessoas adultas e com idade superior a 25 anos. Esse fato se justifica porque essas pessoas, geralmente, são chefes de família e sentem dificuldade em ficar sem nenhum tipo de ocupação que lhes propicie uma renda. Assim, se submetem a fazer “bicos” (trabalhos sem vínculo empregatício) para manter suas famílias (Filgueiras & Pinto, 2003).

No contexto internacional, Guimarães, Hirata, Montagner e Sugita (2004) realizaram um estudo quantitativo no ano de 2001, com o objetivo de comparar a situação do Brasil e a do Japão, no que diz respeito às características do desemprego e às políticas do Estado. Para realizar o estudo, os autores fizeram entrevistas com os dirigentes do Sistema Nacional de Emprego de São Paulo e entregaram questionários para as pessoas que foram nas agências de emprego no Brasil e no Japão. Os resultados, em relação à população jovem,

apontam que, no Brasil, as estratégias de sobrevivência fazem com que a maioria dos jovens ativos trabalhe mesmo sem vínculo empregatício. Dessa forma, observa-se que o limiar entre a fronteira do emprego e do desemprego é tênue, pois quanto mais informal o trabalho, mais fraca é a proteção social. No Japão, até o final dos anos de 1990, as empresas absorviam os funcionários excedentes; porém, quando elas passaram a demitir, a maioria dos desempregados não foi fazer a inscrição na agência pública de emprego. Estima-se que a explicação para isso decorra de que, nessa cultura, esse ato seja encarado como desonroso e vergonhoso. Esse comportamento propicia que os empregos atípicos, como os contratos temporários, se multipliquem e, assim, essas pessoas fiquem também sem proteção social. É importante ressaltar que esses contratos, em sua maioria, são feitos por jovens.

O Desemprego e seu Impacto na Saúde Mental

A maioria dos estudos (62%) que encontramos na revisão em base de dados aborda as consequências do desemprego sobre a saúde dos jovens. Entre os temas, ressaltam-se: a repetição da história familiar de desemprego causando sofrimento; os impasses da inserção profissional e seus impactos nos modos de subjetivação; os altos índices de desemprego que afetam tanto empregados quanto desempregados; a autopercepção da saúde dos jovens, cujos resultados indicam que o grupo de desempregados é aquele que apresenta a pior condição de saúde psicológica.

A passagem da juventude para a vida adulta se tornou prolongada e diversificada, devido, entre outros fatores, à entrada do jovem no mercado de trabalho, que se tornou mais complexa e insegura. Jacob e Kleinert (2008) realizaram um estudo quantitativo (foram 2.801 questionários) para investigar o efeito do desemprego na vida dos jovens, mais especificamente, se essa condição influenciaria no fato de deixar ou não a casa dos pais e, portanto, refletiria diretamente na conquista da

independência. Os resultados apontaram que os jovens que possuem apoio familiar podem retardar sua saída da casa dos pais, principalmente no caso das mulheres, pois elas procuram investir em formação e carreira profissional. Determinado grupo de pais opta por financiar os custos de seus filhos para que estes possam morar sozinhos e outro grupo prefere deixar que seus filhos fiquem em casa por mais tempo. Os dados desse estudo indicam ainda que o jovem que possui um parceiro busca, por consequência, se tornar independente. Já os jovens que pertencem a famílias com poucos recursos financeiros saem mais cedo da casa dos pais, devido à necessidade de buscar seu próprio sustento.

A influência da família sobre a vida do jovem pode ser observada no estudo de Reine, Novo e Hammarström (2004). Os autores investigaram a associação entre a saúde psicológica precária e o tabagismo, e se ela difere entre jovens e adultos desempregados que residem no norte da Suécia. Os dados foram coletados através de questionários, que foram aplicados em uma amostra de 1044 pessoas, com idades entre 16 e 30 anos. Os resultados indicam que, entre adultos que estão sem trabalho há muito tempo, há mais parentes desempregados do que entre aqueles que integram o grupo de desempregados em curto prazo. Isso indica uma repetição familiar na história de desemprego. Os jovens do sexo masculino que pertencem ao grupo de desempregados de longo prazo, além de tudo, possuem mais filhos do que o grupo que está há pouco tempo sem trabalho. Há, ainda, uma prevalência significativamente mais alta de fumantes jovens no grupo de desempregados a longo prazo se comparado ao grupo de desempregados a curto prazo. Por fim, na análise de regressão, o grupo representado por desemprego a longo prazo foi associado com baixa saúde psicológica entre homens jovens.

No Estado do Rio Grande do Sul, Wickert (2006) estudou um grupo de 20 jovens, com idades entre 16 e 24 anos, e buscou analisar os impasses da inserção profissional e seus

impactos nos modos de subjetivação. As entrevistas revelaram que as dificuldades de inserção profissional enfraquecem os sonhos desses jovens de se realizarem como sujeitos, o que prejudica a concretização de projetos futuros e faz com que eles deixem de ver o trabalho como algo que possa nortear positivamente a sua vida. Como consequência, o desemprego afeta o processo de filiação social, pois esses jovens se afastam dos processos coletivos, demonstrando um empobrecimento das relações fora do âmbito familiar. Esse isolamento sinaliza uma produção de subjetividade marcada pelo sofrimento.

A situação do indivíduo no mercado de trabalho foi objeto de estudo de Giatti e Barreto (2006) que investigaram, em 10 regiões metropolitanas brasileiras, a saúde de 39.925 homens que foram classificados como trabalhadores formais, informais, desempregados ou fora do mercado de trabalho (p.ex., licença saúde). Os resultados apontaram que 52,2% dos participantes do estudo eram trabalhadores formais; 27,7% eram informais; 10% eram desempregados e 10,2% estavam fora do mercado de trabalho. A maioria dos desempregados é composta pela população jovem que tem menor escolaridade, menor renda domiciliar e que mora, com maior frequência, na região Nordeste do país. O grupo de trabalhadores informais também é, em sua maioria, composto por jovens. Esses dois grupos, se comparados aos trabalhadores formais, apresentam a pior percepção da própria saúde, estiveram mais tempo acamados, não possuem um plano de saúde e realizaram menos consultas médicas no último ano. Os autores concluem que a situação do indivíduo no mercado de trabalho expressa um gradiente de desigualdade nas condições de saúde, demonstrando que o desemprego, independente de ser voluntário ou não, está associado à pior condição de saúde entre os brasileiros.

A qualidade de vida dos jovens do norte da Suécia, também, foi analisada por Hultman e Hemlin (2008). Os autores investigaram 651 jovens desempregados e 2.802 jovens que

desenvolviam atividades ocupacionais (empregados, estudantes e prestando serviço militar), todos com idades entre 18 e 24 anos. Foi utilizado o questionário Qol (Hörnquist da QLcs), por meio do qual os jovens autoavaliaram a própria qualidade de vida. Os resultados do estudo indicaram que os jovens desempregados apresentam a pior qualidade de vida, se comparados aos outros jovens que exercem alguma atividade. Os fatores de risco, apontados pelos autores, e que podem contribuir para que um jovem se torne um desempregado em potencial são: baixa escolaridade, situação financeira precária e poucas atividades de lazer em grupos sociais, como igrejas e comunidades.

A autopercepção da saúde foi objeto de estudo de Linsdtröm (2005) que abordou as condições psicossociais de trabalho, desemprego e saúde psicológica de 5.180 indivíduos, com idades entre 18 e 64 anos, que residem na Suécia. Foi utilizado o Questionário de Saúde Geral, escala reduzida de Goldberg (GSQ 12), para avaliar a saúde psicológica. Os resultados apontaram que 15,2% dos homens e 19,8% das mulheres relataram ter baixos níveis de saúde psicológica. O autor concluiu que, embora alguns fatores psicossociais do trabalho estejam, muitas vezes, associados a níveis elevados de transtornos de saúde, estar desempregado e ter problemas financeiros é ainda o mais forte preditor desses problemas psicossomáticos.

Outro estudo, de âmbito internacional, realizado na Suécia com pessoas com idades entre 16 e 64 anos, comparou a autoavaliação da saúde durante os períodos de alto e baixo nível de desemprego. Os dados foram coletados no período de 1983 a 1989, quando os níveis de desemprego eram baixos, e no período de 1992 a 1997, quando os níveis de desemprego eram altos. As informações obtidas indicaram diferenças significativas na autoavaliação da saúde entre desempregados e empregados, sugerindo que aqueles foram mais atingidos, resultando em baixa qualidade de saúde, quando a taxa de desemprego estava alta (Ahs & Westerling, 2005). Sendo assim, o índice alto de

desemprego em um determinado país pode influenciar na qualidade de vida tanto de empregados, que temem perder seus empregos, como na de desempregados, que ficam mais tempo sem trabalho.

O impacto das mudanças entre o emprego e as diversas formas de não emprego (aposentadoria, licença maternidade, atestado de saúde) no bem-estar psicológico de homens e mulheres, com idades entre 16 e 74 anos, que residem em Londres, foi abordado por Thomas, Benzeval e Stansfeld (2005). Nessa pesquisa, houve a aplicação do Questionário de Saúde Geral (QSG-12) em 5.092 pessoas. Os resultados apontaram que os efeitos psicológicos negativos são mais pronunciados após seis meses de desemprego.

As consequências do desemprego de longa duração foram objeto de estudo de Hanalainem e cols. (2005). Os autores pesquisaram 5.993 indivíduos na Finlândia, com idades entre 15 e 75 anos, para analisar episódios de depressão maior, relacionada ao desemprego de longa duração e abuso de álcool. Essas pessoas foram entrevistadas, de acordo com o formulário simplificado da Universidade de Michigan versão da Composite Internacional Diagnostic Interview (CIDI). Foi concluído que o desemprego de longa duração está associado ao aumento do risco de episódios de depressão maior e ao abuso de álcool.

Ferguson, Boden e Horwood (2007) investigaram o desemprego e comportamentos suicidas de adultos jovens, com idades entre 16 e 25 anos. Os resultados indicaram que os jovens que se encontram por um período de tempo de seis meses ou mais em situação de desemprego, em um mesmo ano, tiveram chances de ideação suicida 1,43 vezes maiores do que aqueles que não foram expostos ao desemprego. As taxas de tentativas de suicídio, também, foram maiores (1,72 vezes) nos jovens com um tempo de desemprego maior de seis meses. O suicídio foi abordado, igualmente, por Yamasaki e cols. (2009), que investigaram jovens, pessoas de meia idade e idosos, no Japão dos anos 1953 a 1996, e fizeram uma análise de séries temporais

para o efeito do desemprego. Os resultados indicam que o desemprego está significativamente relacionado com a mortalidade de jovens por suicídio.

O desemprego involuntário e prolongado, além de influenciar na saúde das pessoas, pode propiciar o ingresso em atividades criminais. Em uma sociedade com um alto índice de desemprego, a possibilidade de que jovens do sexo masculino, com idade entre 15 e 19 anos, se envolvam com o crime é relativamente alta, tanto que as atividades criminais tendem a aumentar paralelamente com o aumento do desemprego. O resultado de um estudo realizado em países asiáticos, no período de 1972 a 2001, relacionou o desemprego de longo prazo com vários crimes como: falsificação e ofensas morais (Coreia); roubo e furto de motores de veículos (Austrália) e estupro (Japão). De uma maneira geral, os resultados desse estudo parecem reforçar as hipóteses de que as condições de mercado de trabalho deterioradas podem ter um efeito agravante em crimes (Lee & Holoviak, 2006).

O resultado de uma pesquisa, que abordou os efeitos do desemprego de longa duração em 3.731 jovens americanos, indicou que quando eles são acometidos por essa situação vão à busca de treinamentos e de novas oportunidades de trabalho. Revelando ainda que essa busca visa diminuir possíveis contratempos no seu perfil profissional, depois de experimentar uma história de desemprego involuntária. Contudo, esses jovens não se recuperam completamente dos impactos adversos do desemprego involuntário, pois essa experiência deixa uma marca que continua a afetá-los de forma negativa por muito tempo, refletindo inclusive em seus salários futuros, pois quem passa pela situação de desemprego acaba aceitando um salário menor por medo de voltar a ficar sem trabalho (Mroz & Savage, 2005). Bacikova-Sleskova e cols. (2007) corroboram com os estudos de Mroz e Savage (2005), por meio de estudos realizados na região da Eslováquia, com o objetivo de analisar como o desemprego influencia os adolescentes. Os

dados foram obtidos a partir de 844 adolescentes, com idade média de 19,6 anos. Os autores observaram que o desemprego afeta o bem-estar e a saúde mental dos jovens. Porém, uma boa situação financeira e apoio familiar podem diminuir o efeito negativo do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desemprego juvenil é um acontecimento histórico que ocorre em todas as sociedades, sendo sua causa uma combinação de inúmeros fatores, entre os quais: a revolução industrial, a crise econômica internacional, o elevado índice de natalidade em detrimento da fraca absorção da mão-de-obra, a alta taxa de rotatividade. Como fatores de risco, que aumentam a dificuldade do jovem para se inserir no mercado de trabalho, estão ainda incluídos baixa escolaridade, situação financeira precária e poucas atividades de lazer em grupos sociais como, igrejas e comunidades. Além disso, a realidade do mercado de trabalho é dinâmica. Ao comparar o ano de 2008 com os anteriores, observa-se que houve redução dos postos de trabalho formais no mês de dezembro de 2008, sendo os setores que mais demitiram foram os da agricultura e indústria, o que sugere que essa estimativa pode novamente mudar nos próximos anos.

O alto índice de rotatividade do jovem no mercado de trabalho também está atravessado pelo desemprego voluntário. O pedido de demissão pode ser entendido por um viés positivo, já que possibilita ao jovem que não se sente valorizado no trabalho ir à busca de sua realização profissional. Por outro lado, quando este não consegue uma recolocação rápida no mercado de trabalho, ele é impulsionado a fazer “bicos”, deixando-o sem proteção social. Como esses jovens se localizam no grupo de desempregados ocultos, ou seja, que exercem uma atividade precária, que não lhes disponibiliza tempo para buscar outro emprego, eles também ficam mais vulneráveis ao ingresso no grupo de desempregados de longa duração.

Os jovens que ficam muito tempo sem trabalho deixam de ver este como algo que

possa nortear positivamente as suas vidas. Eles também evidenciam que sua capacidade de sonhar e de se realizar como sujeito enfraquece. A exclusão social, além de gerar sofrimento, pode aumentar a probabilidade de que o jovem faça uso e abuse de substâncias psicoativas, de que participe em atividades criminais e pode gerar ideação suicida.

As consequências do desemprego são tema da maioria dos estudos (62%) que encontramos; todavia, vale ressaltar que o estado da arte sobre o tema “jovem e desemprego” aponta a carência de estudos qualitativos, que busquem compreender a dinâmica dos processos de subjetivação do jovem em situação de desemprego. Adverte-se que os efeitos do sofrimento gerado pelo desemprego são devastadores, independente do jovem ter ou não optado por sair do seu emprego e a dificuldade de inserção no mundo do trabalho pode afetar negativamente seu psiquismo. Nesse contexto, as informações advindas de pesquisas com essa temática podem contribuir para a elaboração e/ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de projetos sociais que atendam às necessidades dessa população.

Embora não seja o foco deste estudo, cabe ressaltar que no Brasil, nas últimas décadas, foram realizadas importantes alterações indicando avanços nas políticas voltadas para a juventude focalizando sobretudo a população de baixa renda. Algumas das principais iniciativas existentes e de responsabilidade do governo federal foram: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), que tem como objetivo contribuir para a geração de mais e melhores empregos para a juventude brasileira; a Política Nacional da Juventude; a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), o ProUni e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), este último tem como finalidade propiciar aos jovens a conclusão do ensino fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias (Silva & Andrade, 2009). É

importante ressaltar que as quatro modalidades do ProJovem juntas atenderam em todo o território brasileiro, desde o início do programa até o ano de 2008, em torno de 800 mil jovens em situação de vulnerabilidade social. A previsão para o ano de 2010 é alcançar 3,5 milhões (Silva & Andrade, 2009).

Além disso, o governo federal vem empreendendo esforços na criação e aprimoramento de políticas voltadas para diminuição do desemprego, da pobreza e da miséria como, por exemplo, os programas Fome Zero e Bolsa Família. Este último tem amenizado a situação de muitas famílias pobres brasileiras. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006), o programa Bolsa Família foi responsável por um terço da queda na desigualdade no Brasil entre os anos de 2001 e 2004. Todos esses programas não dão conta de resolver os problemas da pobreza e do desemprego no Brasil, os quais são problemas graves e crônicos, mas têm auxiliado a combatê-los, apontando ainda, quem sabe, para um futuro mais promissor para o jovem desempregado.

REFERÊNCIAS

- Ahs, A. & Westerling, R. (2005). Self-rated health in relation to employment status during periods of high and of low levels of unemployment. *Europeans Journal of Public Health*, 3 (16), 294-304. Disponível em: <http://apps.isiknowledge.com>. Acessado em: 14/08/08.
- Albuquerque, L. S. G. (2009). Mobilidade de emprego entre os jovens no Brasil. Nota Técnica. Acessado em 26/04/09. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt38/2Nota_Leticia.pdf
- Bacikova-Sleskova, A. et al. (2007). The impact of unemployment on school leavers' perception of health. Mediating effect of financial situation and social contacts? *Int J Public Health* 52, 180-187. Birkhauser Verlan, Basel. Disponível em: <http://apps.isiknowledge.com>. Acessado em: 14/08/08.

- Bastos, R. L. A. (2006). Crescimento populacional, ocupação e desemprego dos jovens: a experiência recente da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Revista brasileira estudos de população*, 239(2), 301-315.. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br/>. Acessado em: 17/08/08.
- Camargo, J. M. & Reis, M. C. (2005). Desemprego: o custo da desinformação. *Revista Brasileira de Economia*, 3 (59), 381-425.. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br/>. Acessado em: 17/08/08.
- Dathein, R. (2003). Teorias econômicas e políticas contra o desemprego: Uma avaliação das diferentes propostas. Faculdade de Ciências Econômicas - Departamento de Ciências Econômicas. Texto para discussão nº 8, UFRGS.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE - Mercado de trabalho formal brasileiro nos anos recentes. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec80Caged.xml>. Acessado em: 05/02/10.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – Boletim trabalho no comércio. O jovem comerciante: trabalho e estudo. Ano I – nº 3 – maio de 2009. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/boletimTrabalhoComercio3.pdf>. Acessado em: 05/02/10.
- Durighetto, C. P. (2005). Trabalho Infantil – Aspectos Jurídicos e Sociais. Monografia. FAI – Faculdades Adamantinenses Integradas. Adamantina. Disponível em: <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:p-hefJA7Sx0J:www.fai.com.br/npp/09>. Acessado em: 08-11-08.
- Ferreira, J. (1999). Kirkpatrick Sale *Inimigos do futuro*. A guerra ludista contra a revolução industrial e o desemprego. Rio de Janeiro, Editora Record. Publicada originalmente no Jornal do Brasil, Caderno Idéias, 13 de julho de 1999, p. 6.
- Fergusson, D., M., Boden, J., M. & Horwood, L., J. (2007). Unemployment and suicidal behavior in a New Zealand Birth cohort: a fixed effects regression analysis. *Crisis*; 28 (2): 95-101. Disponível em: <http://search.bvsalud.org/regional/index.php>. Acessado em: 04-2009.
- Filgueiras, L. & Pinto, E. C. (2003). Afinal quem são os desempregados na região metropolitana de Salvador. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Emprego e Desemprego. Salvador: SEI, p. 37-54.
- Flori, P. M. (2003). *Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro*. São Paulo; s.n; 93. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br/>. Acessado em: 17/08/08.
- Galeazzi, I. (2002). Desemprego. In: Cattani, Antonio David (Org.). *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. 4 ed. rev. Ampl. – Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, p. 67 a 72.
- Giatti, L. & Barreto, S. M. (2006). Situação do indivíduo no mercado de trabalho e iniquidade em saúde no Brasil. *Revista Saúde Pública*, 1 (40), 99-106. Disponível em: www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScrip=iah/iah. Acessado em: 17/07/08.
- Guimarães, N. A., Hirata, H. S., Montagner, P. & Sugita, K. (2004). Desemprego - mercados, instituições e percepções: Brasil e Japão numa perspectiva comparada. *Tempo Social*. 2 (16), 257-287. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br/>. Acessado em: 17/08/08.
- Hamalainen, J. et al. (2005). Major depressive episode related to long unemployment and frequent alcohol intoxication. *Nord J Psychiatry*; 59 (6): 486-91. Disponível em: <http://search.bvsalud.org/regional/index.php>. Acessado em: 04-2009.
- Hultman, B. & Hemlin, S. (2008). Self-rated quality of life among the young unemployed and the young in work in northern Sweden. *Work*. 30 (4): 461-72. Disponível em: <http://search.bvsalud.org/regional/index.php>. Acessado em: 04-2009.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Org.). (2009). *Pesquisa Mensal de Emprego*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (12/2008). Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt38/a4Desemprego.pdf. Acessado em 04/02/09.
- Jacob, M. & Kleinert, C. (2008). Does Unemployment Help or Hinder Becoming Independent? The Role of Employment Status for Leaving the Parental Home. Source: *European Sociological Review*. issue: 2 (24), 141-153. Disponível em: <http://apps.isiknowledge.com>. Acessado em: 14/08/08.
- Kliksberg, B. (2006). O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. *Revista Administração Pública*. 5 (40). Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acessado em: 02/10/08.
- Lee, D. Y., & Holoviak, S. J. (2006). Unemployment and crime: an empirical investigation. *Applied Economics Letters*, 13, 805–810. Disponível em: <http://apps.isiknowledge.com>. Acessado em: 14/08/08.
- Lindström, M. (2005). Psychosocial work conditions, unemployment and self-reported psychological health: a population-based study. *Occup Méd (Lond)*; 55 (7); 568-71. Disponível em: <http://search.bvsalud.org/regional/index.php>. Acessado em: 04/02/09.
- Menezes, W. F. & Dedecca, C. S. (2006). Avaliação da duração do desemprego nas regiões metropolitanas de Salvador e de São Paulo. *Revista economia contemporânea* 1 (10), 35-60. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br>. Acessado em: 17/07/08.
- Mroz, T. A., & Savage, T. H. (2005). The Long-Term Effects of Youth Unemployment. *The Journal of Human Resources*, xlii, 2. Disponível em: <http://apps.isiknowledge.com>. Acessado em: 14/08/08.
- Reine, I., Novo, M., & Hammarström, A. (2004). Does the association between ill health and unemployment differ between young people and adults? *Journal of the Institute of public health*. 118, 337-345. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br/>. Acessado em: 17/08/08.
- Reis, M. C. & Camargo, J. M. (2007). Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. *Revista Brasileira Economia*, oct./dic. 4 (61), 493-518. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br/>. Acessado em: 17/08/08.
- Sanchis, E. (1997). *Da escola ao desemprego*; tradução de Mônica M. T. de Souza Corbuci, Martha A. de Araújo Vieira, Célia F. S. Linhares. Rio de Janeiro: Agir, 1997, p 105-331.
- Shek, D.T. & Lee, B.M. (2004). Non-engaged young people in Hong Kong: Key statistics and observations. *Int J Adolesc Med Health*. 16 (2): 145-63. Disponível em: <http://search.bvsalud.org/regional/index.php>. Acessado em: 04/02/2009.
- Silva, E. R. A. da & Andrade, C. C. de (2009). A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: Castro, J. A. de, Aquino, L. M. C. de, Andrade, C. C. de (orgs). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, p. 41 - 70.
- Singer, P. (2000). A crise das relações de trabalho. In A. Jerusalinsky, A. C. Merlo, & A. L. Giongo et al. (Orgs.), *O valor simbólico do Trabalho e o sujeito contemporâneo*. (pp. 57-65). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Sposito, M. P. (2000). *Juventude, pesquisa e escolarização*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/te8.doc>. Acessado em: 08/11/08.
- Terra, C. P., Carvalho, J. A. S., Azevedo, J. E. A., Venezian, L. de A. & Machado, S. B. (2006). Desemprego: discurso e silenciamento: um estudo com clientes de um serviço de aconselhamento psicológico. *Cad. psicologia social trabalho*. 1 (9), 33-51. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/cgi/bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah>. Acessado em: 17/07/08.

- Thomas, C., Benzeval, M. & Stanfeld, S. A. (2005). Employment transitions and mental health: na analysis from the British household panel survey. *J Epidemiol Community Health*. 59 (3): 243-9. Disponível em: <http://search.bvsalud.org/regional/index.php>. Acessado em: 04-2009.
- Wicker, L. F. (2006). Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego. *Psicologia Ciência e Profissão*. 2 (26). Brasília jun. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/>. Acessado em: 01/11/08.
- Yamasaki, A., Araki, S., Sakai, R., Yohoyama, K. & Voorhees, AS. (2009). Suicide mortality of young, middle-aged and elderly males and females in Japan for the years 1953-96: time series analysis for the effects os unemployment, female labour force, young and aged population, primary industry and population density. *Ind Health*. 46 (6): 541-549. Disponível em: <http://search.bvsalud.org/regional/index.php>. Acessado em: 23/04/09.

► **Sobre as Autoras**

Romilda Guillard,
Psicóloga,
Psicoterapeuta,
Mestranda em Psicologia
na Unisinos.

Janine Kieling Monteiro,
Psicóloga, Mestre e
Doutora em Psicologia
do Desenvolvimento
(UFRGS). Professora e
pesqui-sadora do
Programa de Pós-
graduação em Psicologia
da Unisinos.